



**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

LEI N.º 2.240, DE 17 DE ABRIL DE 2.015.

“Autoriza a desafetação de área pública e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Faço saber que:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à desafetação da qualidade de bem público de uso comum do povo para bem dominical, de áreas de terrenos urbanos para futuras alienações, a seguir descritas e matrículas constantes no Anexo I:

I – Uma área de terreno urbano caracterizado como APM, da Rua 08 esquina com a Rua 07, SQ-01, Setor Vilaje Morena, no Distrito de Luzimangues, com área de 8.455,00 m² (oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).

II – Uma área de terreno urbano caracterizado como APM, da Rua 14 esquina com a Rua 13, SQ-01, Setor Vilaje Morena, no Distrito de Luzimangues, com área de 8.455,00 m² (oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).

III – Uma área de terreno urbano caracterizado como APM, da Rua 08 esquina com a Rua 07, SQ-02, Setor Vilaje Morena, no Distrito de Luzimangues, com área de 8.455,00 m² (oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).

IV – Uma área de terreno urbano caracterizado como APM, da Rua 14 esquina com a Rua 13, SQ-02, Setor Vilaje Morena, no Distrito de Luzimangues, com área de 8.455,00 m² (oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).

V – Uma área de terreno urbano caracterizado como APM, da Rua 08 esquina com a Rua 07, SQ-03, Setor Vilaje Morena, no Distrito de Luzimangues, com área de 8.455,00 m² (oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).

VI – Uma área de terreno urbano caracterizado como APM, da Rua 14 esquina com a Rua 13, SQ-03, Setor Vilaje Morena, no Distrito de Luzimangues, com área de 8.455,00 m² (oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 2º - As despesas decorrentes da escritura pública e transcrições correrão por conta de dotação orçamentaria própria.

Art. 3º - Caso o Município resolva vender a referida área, a mesma será através de licitação, e a aplicação do dinheiro arrecadado somente poderá ser investido na infraestrutura do Município.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de Abril do ano de 2.015.



OTONIEL ANDRADE
Prefeito Municipal